

A CRÍTICA RADICAL E A GEOGRAFIA

META

Compreender as principais características do movimento crítico radical de forma a perceber a sua influência no pensamento geográfico.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

perceber as principais características do movimento crítico radical.

entender a influência do movimento crítico radical no pensamento geográfico.

PRÉ-REQUISITOS

Considerando a complexidade do tema, já abordado por diversos autores e considerando ainda, que este texto foi pensado e escrito sob a ótica dos autores mencionados na bibliografia, é recomendável que você faça a leitura da mesma indicada, no final dessa aula, o que facilitará a sua compreensão, ao tempo em que suprirá as possíveis lacunas do texto



O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
(Fonte: asvinhasdaira.wordpress.com).

INTRODUÇÃO

Ao final da década de 1960, nos países capitalistas avançados se desencadeou o agravamento das tensões sociais, fruto do grande desemprego, dos problemas com habitação, da luta pelos direitos civis e das questões raciais. Essa crise se proliferou nas Ciências Sociais, nas quais emergiu uma outra tendência interpretativa da sociedade que são os movimentos denominados críticos, marxistas ou radicais.

A expressão Marxismo denota um amplo movimento de concepções filosóficas, econômicas, políticas e sociais elaboradas inicialmente, por Karl Marx e Friedrich Engels. Nesse conjunto de ideias, a vida social é interpretada, conforme a dinâmica da luta de classes e prevê a transformação das sociedades de acordo com as leis do desenvolvimento histórico e de seu sistema produtivo. Na Geografia, essa nova corrente teve a preocupação de ser mais crítica e atuante em relação aos problemas sociais.



Capa do Manifesto do Partido Comunista
(fonte: <http://pt.wikipedia.org>).

A CRÍTICA RADICAL E A GEOGRAFIA

Pautada no Materialismo histórico e na dialética, a Geografia Crítica procurou romper, de um lado, com a Geografia Tradicional e, de outro, com a Geografia teórico-quantitativa. Essa nova tendência dos estudos geográficos entendeu que as injustiças e as desigualdades sociais e espaciais são estigmas das sociedades capitalistas. Por isso, entende-se que tal corrente de pensamento tenha se desenvolvido no seio dos países capitalistas, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra.

Essa Geografia propôs um novo modelo de análise espacial que era rigorosamente científico e ao mesmo tempo revolucionário. Desse modo, tentou integrar os processos sociais e os espaciais no estudo da realidade e se interessou principalmente, pela análise dos modos de produção e das formas socioeconômicas, que são resultantes do modo de produção capitalista.

Vale enfatizar que o modo de produção se tornou um conceito importante nessa corrente de pensamento.

A utilização do conceito de “modo de produção” aparece, então, como o meio que permitiria afastar todo idealismo da análise geográfica. A geografia contribuiria para a compreensão das condições materiais da existência social e, portanto, da constituição de um modo de produção, levando em consideração a divisão territorial do trabalho. Finalmente, o reconhecimento da função ideológica e estratégica inerente ao saber geográfico criaria uma nova prática social e epistemológica. (GOMES, 2007, p. 296).

A partir daqueles três pontos, o Marxismo seria a única corrente teórica capaz de dar respostas satisfatórias às novas demandas científicas e sociais. Inserida no contexto radical, a Geografia tinha o objetivo de colaborar ativamente para a transformação radical da sociedade capitalista em direção à socialista, através da revolução.

Os debates entre geógrafos marxistas e não-marxistas foram intensos e nesses debates, o espaço reapareceu como o conceito-chave. Muitos autores se pronunciaram sobre a questão do espaço, como nos mostra Corrêa (2003):

A partir da afirmação de CLAVAL (1977) de que na obra de Marx o espaço aparece marginalmente, surgem réplicas, entre outras, de SAEY (1978), VAN BEUNINGEN (1979), GARNIER (1980) e de PFERTZEL (1981). CLAVAL (1987), por sua vez, admite que o espaço tem se constituído em tema central para os geógrafos neomarxistas. A favor de Marx está o artigo de HARVEY (1975), no qual ele pretende reconstruir geograficamente a teoria marxiana,

cuja dimensão espacial foi larga e longamente ignorada. O negligenciamento da dimensão espacial no Marxismo ocidental é discutido por SOJA e HADJIMICHALIS (1979) e retomado mais tarde por SOJA (1993). Segundo estes autores, os marxistas tinham abordado o espaço de modo semelhante àquele das ciências burguesas, considerando-o como um receptáculo ou como um espelho externo da sociedade (Corrêa, 2003, p. 24).

Ainda segundo Corrêa (2003), o desenvolvimento da análise do espaço no âmbito da teoria marxista deve-se, em grande parte, à intensificação das contradições sociais e espaciais tanto nos países centrais como periféricos, devido à crise geral do Capitalismo durante a década de 1960. Tal crise desencadeou o agravamento das tensões sociais, fruto do grande desemprego, dos problemas com habitação, da luta pelos direitos civis e das questões raciais. Crise essa, que transformou o espaço por ele produzido em receptáculo de múltiplas contradições espaciais, que suscitaria a necessidade de se exercer maior controle sobre a reprodução das relações de produção em todos os níveis espaciais.

Fazendo uso das palavras de Lefébvre (1976), Corrêa entendeu que na concepção marxista, o espaço aparece efetivamente a partir da obra de Henri Lefébvre: *Espacio y Política*, na qual argumenta que o espaço desempenha um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema. Desse modo:

[...] o espaço entendido como espaço social, vívido, em estreita correlação com a prática social não deve ser visto como espaço absoluto, “vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções”, nem como um produto da sociedade, “ponto de reunião dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto funcional”. O espaço não é nem o ponto de partida (espaço absoluto), nem o ponto de chegada (espaço como produto social). [...] o espaço também não é um instrumento político, um campo de ações de um indivíduo ou grupo, ligado ao processo de reprodução da força de trabalho através do consumo. Segundo Lefébvre, o espaço é mais do que isto. Engloba esta concepção e a ultrapassa. O espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção (CORRÊA, 2003, p. 25).

Essa forma de compreender o espaço marcou profundamente os geógrafos que, a partir da década de 1970, adotaram o materialismo histórico e dialético como paradigma. O espaço é concebido como *locus* da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade, é onde a vida acontece. A contribuição de Lefébvre a respeito da

natureza e significado do espaço estende-se por uma vasta obra, da qual merece menção especial *La Production de l'Espace* (1974). No âmbito da Geografia brasileira, Corrêa (2003), destacou que:

[...] a importância da obra de Milton Santos a qual é fortemente inspirada em Lefébvre e em sua concepção de espaço social. A contribuição de Milton Santos aparece, de um lado, com o estabelecimento do conceito de formação sócio-espacial, derivado do conceito de formação sócio-econômico e submetido a intenso debate na década de 1970. Santos (1977) afirmou não ser possível conceber uma determinada formação sócio-econômica sem recorrer ao espaço. Segundo ele, modo de produção, formação sócio-econômica e espaço são categorias interdependentes. Dessa forma os modos de produção tornam-se concretos numa base territorial historicamente determinada (CORRÊA, 2003, p. 26).

As atividades derivadas dos modos de produção constroem e geram formações diferentes. Cada modo de produção, capitalista ou socialista, por exemplo, reflete-se em formações sócio-econômicas espaciais distintas, cujas características da paisagem geográfica devem ser analisadas e compreendidas.

Ainda me reportando a Corrêa (2003), o mérito do conceito de formação sócio-espacial reside no fato de esse conceito explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço. É nesse espaço que o homem vive e onde representa os seus processos vividos, mas por outro lado, o espaço só é inteligível através da sociedade. Assim, não há, por que falar em sociedade e espaço como se fossem coisas separadas, que nós reuniríamos *a posteriori*, mas sim de formação sócio-espacial.

Em realidade, o espaço organizado pelo homem desempenha um papel na sociedade, condicionando-a, compartilhando do complexo processo de existência e reprodução social.

Sob o olhar de Milton Santos, Corrêa (2003) levantou a seguinte questão: Quais são as categorias de análise do espaço? O espaço deve ser analisado a partir das categorias estrutura, processo, função e forma, que devem ser consideradas em suas relações dialéticas:

[...] forma é o aspecto visível, exterior, de um objeto, seja visto isoladamente, seja considerando-se o arranjo de um conjunto de objetos, formando um padrão espacial. Uma casa, um bairro, uma cidade e uma rede urbana são formas espaciais em diferentes escalas. Ressalte-se que a forma não pode ser considerada em si mesma, sob o risco de atribuir a ela uma autonomia de que não é possuidora. Se assim fizermos estaremos deslocando a forma para a esfera da

geometria, a linguagem da forma, caindo em um espacialismo estéril. Por outro lado, ao considerarmos isoladamente a forma espacial apreenderíamos apenas a aparência, abandonando a essência e as relações entre esta e a aparência (CORREA, 2003 p. 28).

Ainda considerando a visão desse autor, não é possível dissociar forma e função da análise do espaço, mas é necessário ir além, inserindo forma e função na estrutura social, sem o quais não captaremos a natureza histórica do espaço. A estrutura diz respeito à natureza social e econômica de uma cidade em um dado momento do tempo: é a matriz social, onde as formas e as funções são criadas e justificadas.

Já o processo, finalmente, é definido como uma ação que se realiza, via de regra, de modo contínuo, visando um resultado qualquer, implicando tempo e mudança. Os processos ocorrem no âmbito de uma estrutura social e econômica e resultam das contradições internas das mesmas. Em outras palavras, processo é uma estrutura em seu movimento de transformação. Ressalte-se que se considerarmos apenas a estrutura e o processo, estaremos realizando uma análise a-espacial, não-geográfica, incapaz de captar a organização espacial de uma dada sociedade, nem a sua dinâmica espacial.

Por outro lado, ao considerarmos apenas a estrutura e a forma estaremos eliminando as mediações (processo e função) entre o que é subjacente (a estrutura) e o exteriorizado (a forma).

Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Porém, considerados em conjunto e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade.

CONCLUSÃO

Assim, a Geografia Crítica trouxe uma nova forma de interpretação da sociedade tendo como base o materialismo histórico e dialético. Foi uma grande contribuição que influenciou pesquisadores de diversas áreas, ao longo do século XX.

RESUMO

A Geografia Crítica ou Radical se assenta em dois princípios marxistas, o materialismo dialético, para o qual a natureza, a vida e a consciência se constituem de matéria em movimento e evolução permanente, e o



materialismo histórico, para o qual o modo de produção é a base determinante dos fenômenos históricos e sociais, inclusive as instituições jurídicas e políticas, a moralidade, a religião e as artes.

A Geografia Radical interessa-se pela análise dos modos de produção e das formações sócio-econômicas. Essa nova corrente teve a preocupação de ser mais crítica e atuante em relação aos problemas sociais. Nesse conjunto de ideias, a vida social é interpretada conforme a dinâmica da luta de classes, e prevê a transformação das sociedades de acordo com as leis do desenvolvimento histórico de seu sistema produtivo.

ATIVIDADES

1. Qual a importância da Geografia Crítica ou Radical para o pensamento geográfico?



COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Você viu que a Geografia Crítica ou Radical rompeu de um lado, com a Geografia Tradicional e, de outro, com a Geografia teórico-quantitativa. A nova corrente da Geografia se interessou pela análise dos modos de produção e das formações sócio-econômicas. Acredito que com essa dica, você responderá a questão anunciada.

PRÓXIMA AULA

Na próxima aula, você vai conhecer o Humanismo na Geografia.



AUTO-AVALIAÇÃO

Agora que você terminou a sua leitura, indique o nível de compreensão deste texto:

- Excelente (...)
- Bom (...)
- Regular (...)
- Ruim (...)



REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Inês Lacerda. **Introdução à filosofia**. Curitiba: Editora da UFPR, 1993. (Didática).
- CAPEL, Horacio. **Filosofia y ciencia em la geografia contemporânea**. Barcelona: Barcanova, 1988.
- CHRISTOFOLETTI, Antonio. (org). **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1982.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço**: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- GADOTTI, Moacir. **História das Idéias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1993. (Série Educação).
- GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- REALI, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**: do Romantismo até os nossos dias. São Paulo: Paulus, 1991. (Coleção Filosofia).